

4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. PROMOEX



O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é integrante do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.

O Promoex tem por objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania e contribuir para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Este Programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de aplicação de cerca de US\$ 64 milhões, distribuídos entre todos os tribunais de contas do País. Sendo US\$ 38,6 milhões com recursos financiados pelo BID através do contrato de empréstimo 1628/OC-BR, firmado em 14/09/2005 com o Governo Federal, tendo como Mutuário a República Federativa do Brasil, Executor Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, subexecutores Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os Recursos Adicionais (local) estão assim distribuídos: Governo Federal, US\$ 25,8 milhões, e Subexecutores, US\$ 21,9 milhões.

O financiamento tem como mutuário a União, que repassa os recursos aos tribunais de contas estaduais e municipais e do Distrito Federal, por meio de convênio celebrado com o Ministério do Planejamento e Gestão.

A meta do programa é agilizar a tramitação dos processos, priorizar a modernização de procedimentos, incluindo a ampliação da informatização, e intensificar o aprimoramento do corpo técnico, a interação entre os organismos de controle público e a aproximação com a sociedade.

Em 03/04/2006 este Tribunal de Contas aderiu o referido programa através do Convênio MP/PROMOEX nº 011/2006, firmado com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP (publicado no Diário Oficial da União nº 72, de 13/04/2006, seção 3, página 106) que previa a transferência de recursos financeiros no montante de R\$ 3.358.879,20 (três milhões trezentos e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), e como contrapartida local 40% do valor a ser transferido, ou seja, R\$ 2.239.252,80 (dois milhões duzentos e trinta e nove mil duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos), totalizando um investimento de R\$ 5.598.132,00 (cinco milhões quinhentos e noventa e oito mil cento e trinta e dois reais).

“.....valor global de R\$ 4.020.901,50 (equivalente a US\$ 1.971.030,15), sendo R\$ 2.362.797,78 (equivalente a US\$ 1.158.234,21) o valor total de recursos, dividido em repasses anuais, via convênio, e R\$ 1.658.103,72 (equivalente a US\$ 812.795,94) o valor que o Tribunal oferecerá em contrapartida. A taxa de câmbio, para a equivalência em dólar descrita acima, é de R\$ 2,04 = US\$ 1,00, especificada na grade de parâmetros para a Programação Financeira Federal para 2009.”

No segundo trimestre do exercício de 2011, o Governo Federal repassou ao TCE/SC o montante de R\$ 590.448,97 (quinhentos e noventa mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos) que somado aos repasses realizados nos períodos anteriores totalizou R\$ 2.362.797,78 (dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos), ou seja, representa 100% do valor total previsto no convênio para repasse, não havendo mais valores a serem repassados.

No terceiro trimestre do ano de 2011, foi assinado o Termo Aditivo 002/2011, com objetivo de prorrogar o prazo de execução do Programa e vigência do Convênio para 30 de junho de 2012.

Do total repassado pelo Governo Federal já foram efetivamente aplicados R\$ 1.534.155,86 (um milhão, quinhentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e cinco mil reais e oitenta e seis centavos), ou seja, 62,74%.

Foi encaminhado para a Direção Nacional do PROMOEX o plano de aquisição para o ano de 2011-2012, prevendo investimentos no valor de R\$ 834.547,80 (oitocentos e trinta e quatro mil quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Recursos BID	Recursos TCE	Total
Aquisição de Bens	322.048,33	65.000,00	387.048,34
Contratação de Serviços	238.770,92	208.728,54	447.499,46
Total	560.819,26	273.728,54	834.547,80

Considerando os valores da contrapartida deste Tribunal, os valores repassados pelo Governo Federal e os resultados das aplicações financeiras, a partir do início das atividades deste Programa, já foi aplicado o montante de R\$ 2.757.341,41 (dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos), perfazendo 68,59% do valor previsto para ser executado pelo Convênio PROMOEX 11/2006. Por fonte de recurso as despesas foram assim executadas até o presente trimestre, R\$ 1.534.155,86 (um milhão, quinhentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e cinco mil reais e oitenta e seis centavos) por conta dos recursos repassados pelo Governo Federal, bem como dos resultados das aplicações financeiras, e R\$ 1.223.185,55 (um milhão, duzentos e vinte três mil, cento oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) dos recursos financeiros deste Tribunal na forma de contrapartida.

Restam ainda a ser aplicados, R\$ 828.641,92 (oitocentos e vinte oito mil, seiscentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos), dos valores repassados pelo Governo Federal, bem como R\$ 111.398,93 (cento e onze mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos) dos resultados da aplicação financeira dos recursos repassados, o montante de R\$ 940.040,85 (novecentos e quarenta mil, quarenta reais e oitenta e cinco centavos), e R\$ 352.013,17 (trezentos e cinquenta e dois reais, treze reais e dezessete centavos) dos recursos da contrapartida.

No terceiro trimestre de 2011, o Tribunal de Contas investiu o montante de R\$ 137.887,21 (cento trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte um centavos), dos quais R\$ 89.840,17 (oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais e dezessete centavos) foram com recursos da fonte Governo Federal / BID e R\$ 48.047,04 (quarenta e oito mil, quarenta e sete reais e quatro centavos) da contrapartida deste Tribunal.

4.2. Ouvidoria

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 96 manifestações. Destas, 38,54% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 23.

TABELA 23 – Descrição das demandas registradas

Natureza da Demanda	3º trimestre 2011	
	Quantidade	%
Críticas	3	3,13
Sugestões	2	2,08
Reclamações	36	37,50
Solicitações de Informações	37	38,54
Fornecimento de Informações	10	10,42
Outros	8	8,33
Total	96	100,00

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC destacou-se como o acesso mais utilizado à Ouvidoria, conforme dados da Tabela 24.

TABELA 24 – Meios de acessos à Ouvidoria

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Carta	11	4,37
Email	62	24,60
Fax	0	-
Portal do TCE	178	70,63
Atendimento Pessoal	1	0,40
Total	252	100,00

Fonte: Ouvidoria

4.3. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgação de sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de releases para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e da elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no terceiro trimestre de 2011, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa demonstrados nas tabelas 25 a 30.

4.3.1. Comunicação Interna

TABELA 25 - MATÉRIAS SELECIONADAS PARA O CLIPPING ELETRÔNICO

Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO ESTADUAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO REGIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO NACIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de sites e blogs, que citam ou não o TCE	Total de Matérias selecionadas
2.003	248	292	273	2.816

Fonte: ACOM

TABELA 26 – MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno - “Notas para reforçar matérias publicadas na intranet”
96	2	8

Fonte: ACOM

4.3.2. Comunicação Externa

TABELA 27 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas decorrentes de releases
33	30	209

Fonte: ACOM

TABELA 28 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs ²	Veiculadas em Rádios ³	Total ⁴
303	241	73	189	806

Fonte: ACOM

1- De circulação regional, estadual ou nacional. 2 - Fonte: monitoramento feito nas TVs locais e estaduais, pela TV Clipagem. 3 - Fonte: monitoramento feito nas rádios locais CBN Diário, Guararema e Guarujá, pela TV Clipagem. 4 - A contagem de matérias que citam o TCE baseia-se em pesquisa realizada, diariamente, em cerca de 100 fontes. Por isso, é provável que o número de matérias veiculadas na imprensa que citam o TCE seja ainda maior do que o mensurado pela ACOM

TABELA 29 - MATÉRIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS DO INTERIOR

Matérias que citam o TCE nos jornais do interior	Releases encaminhados	Releases aproveitados em jornais do interior	Matérias decorrentes dos releases aproveitados
138	33	14	27

Fonte: ACOM

TABELA 30 - MATÉRIAS PUBLICADAS POR COLUNISTAS

Notas de colunistas que citam o TCE	Releases aproveitados em notas de colunistas	Notas decorrentes dos releases aproveitados
114	7	7

Fonte: ACOM

4.4. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no terceiro trimestre de 2011.

TABELA 31 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
008/2011	TERMO DE CONVÊNIO	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	CONCEDER BOLSAS DE ESTÁGIO PARA ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS E QUE FREQUENTEM OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, DO CENTRO UNIVERSITARIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.	R\$ 700,00 MENSAL/ALUNO + VALE TRANSPORTE	DOTC-e nº 779, 12/07/2011, p. 45
S/Nº	ACORDO DE COOPERAÇÃO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	PROPICIAR AOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS, ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, A CONCESSÃO PELA CAIXA DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL RESIDENCIAL, NAS MODALIDADES AQUISIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL, E OUTROS PRODUTOS E SERVIÇOS, EM CONDIÇÕES DIFERENCIADAS, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE.	-	DOTC-e nº 782, 15/07/2011, p. 5
03716/20 11-8	1º TERMO ADITIVO	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	TRANSFERIR PARA O EXERCÍCIO DE 2012 A REALIZAÇÃO DO 2º CONCURSO ESTADUAL DE REDAÇÃO, SOB O TEMA "O TRIBUNAL DE CONTAS E O CIDADÃO NO COMBATE AO DESPERDÍCIO DO DINHEIRO PÚBLICO", A SER PROMOVIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MANTIDAS PELO ESTADO, COM APOIO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, EM RAZÃO DA ADEQUAÇÃO DO CALEDÁRIO DA REDE DE ENSINO ESTADUAL PARA O ANO LETIVO DE 2011, PARA RECOMPOSIÇÃO DO PERÍODO DE PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES ESCOLARES, OCORRIDA NO PRIMEIRO SEMESTRE.	SEM	DOTC-e nº 817, 1º/09/2011, p. 8

Continua

Continuação

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
003/2009	1º TERMO ADITIVO /2011	FACULDADE DE SANTA CATARINA - FASC	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO 003/2009, CELEBRADO EM 08/09/2009, POR MAIS 2 (DOIS) ANOS, COMPREENDIDO ENTRE 08/09/2011 A 07/09/2013, E RATIFICA AS DEMAIS CLÁUSULAS DO TERMO ORIGINAL DO CONVÊNIO.	SEM	DOTC-e nº 816, 31/08/2011, p. 27
001/2011	TERMO DE CONVÊNIO	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	COOPERAÇÃO TÉCNICA, PARA FINS DE CESSÃO DE PESSOAL E TROCA DE INFORMAÇÕES, VISANDO AO APRIMORAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO.	SEM	DOTC-e nº 837, 30/09/2011, p. 3
011/2006	2º TERMO ADITIVO /2011	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP	ALTERAÇÃO NOS ANEXOS PROJETO E PLANO DE TRABALHO, INCLUSÃO DO PLANO OPERACIONAL ANUAL 2012 E PRORROGA A VIGÊNCIA DO CONVÊNIO ATÉ 30/06/2012 VIGÊNCIA DE 13/04/2006 A 30/06/2012.	SEM	DOU nº 188, Seção 3 29/09/2011, p. 132

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE